

**HABEAS CORPUS Nº 493.682 - MS (2019/0044886-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : EDSON LEANDRO (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. 780 KG DE MACONHA. CONDENAÇÃO. 5 ANOS DE RECLUSÃO. NÃO REINCIDÊNCIA. REGIME FECHADO. QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDA. FUNDAMENTO IDÔNEO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. Writ indeferido liminarmente.*

**DECISÃO**

Neste *habeas corpus*, impetrado pela Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul em favor de **Edson Leandro**, impugna-se o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça daquele estado na Apelação n. 0003813-75.2017.8.12.0019.

Segundo os autos, **Edson** foi condenado a 6 anos de reclusão por infração ao disposto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em regime inicial fechado. Interposto o recurso de apelação, o Tribunal *a quo* lhe deu parcial provimento para redimensionar as penas impostas ao paciente para 5 anos de reclusão, mantendo-se o regime já fixado.

Diante desse cenário, a impetrante alega, em síntese, haver violação do regramento previsto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal e da Súmula 440/STJ. Posto isso, requer, inclusive em caráter liminar, a alteração do regime inicial de cumprimento da pena imposta para o semiaberto.

É o relatório.

Após analisar as peças que instruem o presente *mandamus*, entendo inexistir constrangimento ilegal a ser reparado.

Embora a reprimenda total tenha sido estabelecida em patamar superior a 4 e inferior a 8 anos de reclusão e não se tratar de apenado reincidente, observo que a pena-base foi fixada acima do mínimo legal pela valoração negativa da quantidade de drogas apreendida (780 Kg de maconha). Assim, tendo em vista que, nos delitos previstos na Lei de Drogas, a fixação do regime prisional deve observar a regra imposta no art. 33, § 2º, do Código Penal em conjunto com o art. 42 da Lei n. 11.343/2006, que determina a consideração, preponderantemente, da natureza e quantidade da droga, concluo não haver ilegalidade a ser corrigida.

Nesse sentido:

[...]

3. "Não obstante a reprimenda final tenha sido fixada em patamar superior a quatro e inferior a oito anos de reclusão, é possível a fixação do regime fechado para o inicial cumprimento da pena, tendo em vista a expressiva quantidade de entorpecentes apreendidos, a qual foi considerada para a fixação da pena-base acima do mínimo legal" (AgRg no AREsp n. 1.277.421/GO, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 4/6/2018).

[...]

(AgRg no HC n. 447.416/MG, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 26/10/2018 - grifo nosso)

[...]

2. Quanto ao regime prisional, a quantidade de droga apreendida - 28,7kg de maconha - (art. 42 da Lei n. 11.343/2006) demonstra a gravidade acentuada do delito, justificando a imposição do regime inicial fechado. Além do mais, a pena-base foi fixada acima do mínimo legal.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 1.345.014/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 14/2/2019)

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *writ* (art. 34, XX, do

RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

